



Fredrick Appel, *Nietzsche contra Democracia*, Ithaca, Imprensa da Universidade de Cornell, 1999, 174 páginas

recensão publicada na *Crítica: Revista de Filosofia e Ensino* <http://criticanarede.com>

por José Pedro Teixeira Fernandes

Já tem alguns anos a sua edição nos Estados Unidos, mas vale a pena ler ou reler este livro. Fredrick Appel assumiu a difícil tarefa de mostrar como a imagem que hoje tende a prevalecer sobre o pensamento de Friedrich Nietzsche, particularmente nas Humanidades e Ciências Sociais – onde este aparece, quase angelicamente, como um pensador amoral, com meras preocupações estéticas e literárias, um espírito sublime afastado da “política mesquinha” – é uma imagem superficial e distorcida. Num texto de relativamente curta dimensão, baseado, parcialmente, em artigos que foram anteriormente publicados em diversos jornais académicos da área da Filosofia e da Ciência Política, mostra, ao longo de

seis capítulos, numa análise clara, incisiva, e, sobretudo, fundamentada, quais as ideias e implicações políticas do pensamento do filósofo germânico novecentista. Na introdução do livro, este começa por se referir às razões que estão por detrás da actual difusão de uma vulgata sobre Nietzsche, como pensador da “emancipação” e do “progressivismo” (p. 2):

Teorizadores políticos e filósofos morais que se consideram democratas radicais, cresceram acostumados a verem Nietzsche como um recurso útil para os seus esforços de promoverem os interesses daqueles que são desfavorecidos e marginalizados. Como os esforços para apresentarem Nietzsche ao serviço da democracia radical se multiplicaram, esta associação popular com emancipação e “progressivismo” enraizou-se ainda mais e o seu patente projecto político desigualitário foi ignorado ou sumariamente negado.

Em seguida, Fredrick Appel empreende aquilo a que, ironicamente, podemos chamar uma “genealogia” ou “desconstrução” de uma imaginação colectiva particularmente benigna sobre Nietzsche, feita na academia anglo-americana, sobretudo sob influência da *French theory* de Michel Foucault, Gilles Deleuze, Jacques Derrida, Paul de Man etc. (cujos efeitos, naturalmente, se detectam facilmente Portugal, pela nossa apetência acrítica por produtos importados). Nesta “genealogia” quem encontramos em primeiro lugar? Walter Kaufmann – um alemão de ascendência judaica, nascido em Friburgo, educado na infância como Luterano (tal como Nietzsche), que emigrou para os Estados Unidos na altura II Guerra Mundial – e que, aparentemente, se viu a si próprio como uma espécie de *alter ego* de Nietzsche, revendo-se na trajectória e crise espiritual que afectou o filósofo germânico ao longo da sua vida. Este primeiro “evangelizador” – como pode ser

adjectivado num sarcasmo bem nietzschiano – teve um papel central na tradução, comentários e publicação do trabalho do filósofo sobretudo através do livro *Nietzsche: Philosopher, Psychologist, Antichrist* (1950). A importância da sua acção é fácil de compreender. Como fora do espaço cultural germânico não são muitos os que sabem o suficiente de alemão para lerem as suas obras na língua original – isto, supondo, já um pouco benignamente, que lêem as obras de Nietzsche e não o conhecem apenas por interpostos autores... –, percebe-se como Kaufmann pode ter um papel importante na formação da actual vulgata. Nessa época, a sua principal preocupação foi (p. 8) “contrariar a imagem prevalecente no pós-guerra de Nietzsche como um proto-nazi, uma imagem que foi encorajada por Elisabeth Förster-Nietzsche – irmã do filósofo – e pela sua edição selectiva dos trabalhos não publicados deste, bem como pela adesão dos Nazis” às ideias bem

nietzschianas de uma elite de *übermensch* (“superhumanos”).

Mas as leituras selectivamente filtradas do pensamento de Nietzsche não ficaram por aqui. Uma segunda vaga de “hermeneutas-evangelizadores” surgiu entre os anos 60 e 80 do século passado, primeiro em França (sobretudo Michel Foucault e Jacques Derrida) e depois, numa versão já anglicizada nos Estados Unidos (por exemplo, Richard Rorty e Alexandre Nehamas). Esta nova vaga “tendeu a seguir a perspectiva cavalgante de Foucault na interpretação de textos” (p. 8). Como este dizia numa conhecida entrevista ao *Magazine Littéraire*, “o único sinal de reconhecimento que se pode ter para com Nietzsche é, precisamente, utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger e gritar. Que os comentadores digam se é ou não fiel, isso não tem o menor interesse”. Fredrick Appel faz notar que esta argumentação de Foucault em prol de um *anything goes* (“vale tudo”) interpretativo, forneceu o

argumento de autoridade e a “cobertura conveniente a todos aqueles que, apressadamente, pretendem proclamar a irrelevância do iliberalismo e anti-igualitarismo de Nietzsche”.

Mas é sobretudo nos dois últimos capítulos do livro de Fredrick Appel, que os contornos eminentemente políticos do pensamento de Nietzsche se tornam particularmente visíveis. Como este sublinha, a estrutura da ordem política delineada por Nietzsche pode ser descrita como sendo “baseada em dois círculos concêntricos”, com um primeiro círculo restrito de elevados seres humanos (qualificados como uma elite de *übermensch* ou “superhumanos”), tendo, à sua volta, um círculo muito maior representando a maioria da população, “ambos subordinados ao governo da minoria e instrumentos para o seu florescimento” (p. 136). Curiosa e bem demonstradora dos ideais “radicalmente democráticos” nietzschianos, é a forma de

encarar a lei – um instrumento útil para disciplinar a maioria, ao serviço dos *übermensch*. Como explica Fredrick Appel, Nietzsche é extremamente crítico das democracias liberais parlamentares e do Estado de Direito (p. 139), “pela sua insistência em que os sistemas jurídicos se deviam aplicar e constranger todos – mesmo os mais fortes e os mais vitais”. A aplicação universal de tal igualitarismo é “*hostile* à vida, um agente de dissolução e destruição do homem”, pois este funciona para “vantagem dos morbidamente fracos”, para vantagem daqueles que “conspiram para salvaguarda de direitos de forma a beneficiaram da segurança, e conforto de uma vida mais fácil”. Na óptica nietzschiana, “as noções complementares de ‘direitos iguais’ e ‘governo da lei’ foram utilizadas historicamente pelos inferiores para controlar os mais fortes: fala-se de ‘direitos iguais’—... como ainda não se ganhou superioridade, quer-se prevenir os competidores de aumentarem o poder”. Todavia, nada disto parece

perturbar a recepção pós-moderna de Nietzsche nas Humanidades e Ciências Sociais, e o seu uso para fins de “emancipação” e “progressivismo” social (p. 161):

Apesar destas dificuldades, muitos filósofos contemporâneos e teorizadores, têm sido rápidos a reclamar o *agon* nietzschiano para propósitos políticos igualitários. Mesmo com a repetida insistência de Nietzsche, que uma hierarquia natural de tipos humanos é uma das inalteráveis “verdades duras” da existência, asseguram-nos que o seu radicalismo aristocrático é tudo menos um módulo facilmente destacável, num projecto filosófico amplo e subversivo que pode ser direccionado para o serviço de fins democráticos radicais.

Como nota a terminar Fredrick Appel, o seu “desmascarar da desonestidade, hipocrisia e *ressentiment* das classes governantes e a sua primazia do político, da luta de classes e da contestação, são vistos como tropos úteis para aqueles que estão interessados em celebrar o facto do pluralismo, da diversidade e da diferença – mais especificamente – promoverem os interesses dos marginalizados e desfavorecidos” (*idem*). De facto, nada parece mostrar melhor o estranho

(inegalitário e iliberal) substrato filosóficos das políticas pós-modernas de identidade, que pretendem “celebrar a diversidade” dando “voz aos que não têm voz”, do que esta reflexão nietzschiana sobre o bom, o mau, os fracos e os falhados (*O Anticristo*, 2):

Que é bom? – Tudo aquilo que aumenta no homem o sentimento de poder, a vontade de poder, o própria poder. Que é mau? – Tudo o que nasce da fraqueza. O que é a felicidade? – o sentimento de que o poder *cresce* – de que a resistência é vencida. *Não* o contentamento, mas mais poder. *Não* a paz, finalmente, mas a guerra; *não* a virtude mas a excelência (virtude, no estilo do Renascimento, *virtù*, virtude isenta de moralismos). Os fracos e os falhados devem perecer: primeiro princípio da *nossa* caridade. E há mesmo que os ajudar a desaparecer!

Não é esse o sentido do pensamento de Nietzsche? Por que não argumentarmos como Foucault que o único sinal de reconhecimento que podemos ter é “deformá-lo, fazê-lo ranger e gritar”. Se a interpretação “é ou não fiel, isso não tem o menor interesse” (desde, claro, que sirva os nossos objectivos ideológicos). Por isso, o que importa que no meio desta “contestação perpétua” os princípios-chave

da democracia liberal e igualitária, como o sufrágio universal, o respeito igual e os direitos humanos – que são os verdadeiros alicerces da protecção dos mais fracos e oprimidos – sejam também eles varridos, abrindo o caminho a novas formas de totalitarismo?